



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 20020090001880

BRDESCO SEGUROS S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **VERA LUCIA FERREIRA SOUTO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., REQUERER O DESARQUIVAMENTO e informar para ao final requerer o que segue:

Conforme já peticionado nos autos, existem valores a serem devolvidos ao Réu, conforme toda documentação já apresentada e novamente juntada (em anexo).

Processo nº 0000188-98.2009.815.2001

BRDESCO SEGUROS S/A, já devidamente qualificada nos autos da Ação de Cobrança Securitária - DPVAT, que lhe promove **RENATA MARIA SOUTO DA SILVA**, também igualmente qualificado, por intermédio de seus advogados ao final assinados, vem à presença de Vossa Excelência, **requerer o desarquivamento do processo**, além de expor e requerer o que se segue:

Compulsando-se os autos, verifica-se que houve bloqueio nas contas da Ré para garantir o pagamento de execução em 24.09.2010, no valor de R\$ 17.919,01 (dezesete mil e novecentos e dezenove reais e um centavo).

Conforme cálculos da contadoria, foi liberado alvará em favor do autor, no valor de R\$ 10.586,87 (dez mil e quinhentos e oitenta e seis reais e oitenta e sete centavos), além de separado créditos para o Tribunal referente às custas de R\$ 826,42 (oitocentos e vinte e seis reais e quarenta e dois centavos), restando o saldo remanescente de R\$ 6.505,72 (seis mil e quinhentos e cinco reais e setenta e dois centavos) que deverá ser devolvido à Ré.

Salienta-se que, houve expedição de alvará, em favor da Ré, em 17.09.2012 que não chegou a ser resgatado, junto ao Banco.

DESTARTE, RENOVA-SE O PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES DE R\$6505,72 (SEIS MIL QUINHENTOS E CINCO REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS), MAIS ACRÉSCIMOS LEGAIS, DISPONÍVEL NA CONTA JUDICIAL DE Nº.: 4500126365689, ATRAVÉS DA EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA NO MONTANTE DO VALOR DEPOSITADO, COM SEUS ACRÉSCIMOS LEGAIS, EM FAVOR DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ/MF: 09.248.608/0001-04, AUTORIZANDO AO BANCO DEPOSITANTE A EFETUAR TRANSFERÊNCIA DIRETA NA CONTA CORRENTE Nº 644000-2, AGÊNCIA: 1912-7, BANCO DO BRASIL S.A.

Necessário esclarecer que a expedição da ordem de pagamento deverá ser nominal à **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pois foi a empresa que custeou com o depósito como também é a **GESTORA** dos Consórcios do Seguro DPVAT nos termos do art. 5º, §3º, da Resolução CNSP de nº 154, sendo a única e exclusiva beneficiária de reembolso da quantia disponível ao juízo.

Reforçando o acima exposto, temos que as regras e os critérios para o DPVAT referentes aos sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2020 estão estabelecidas, também, na Resolução n.º 399 do CNSP de 29/12/2020.

A referida Resolução prevê, no seu artigo 21, a competência da Seguradora Líder:

Art. 21. **A seguradora líder** do Consórcio DPVAT será **responsável** pela gestão e operacionalização do seguro **DPVAT** referentes, exclusivamente, **aos sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2020** (run-off), inclusive em relação às respectivas ações judiciais posteriormente ajuizadas.

Vejamos, agora, o art. 1º da Resolução 400 do CNSP de 29/12/2020:

Art. 1º **Ratificar que a Seguradora Líder** do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. será a **responsável** pela gestão e operacionalização do seguro **DPVAT** referentes, exclusivamente, **aos sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2020**, inclusive em relação às respectivas ações judiciais posteriormente ajuizadas.

DESTA FORMA, REQUER A PARTE RE, que seja determinado que o banco depositante junte aos autos o respectivo comprovante da transferência realizada através de TED da quantia expedida mediante ofício, possibilitando ao patrono da Ré realizar prestação de contas com maior clareza e transparência, informando o saldo líquido e a data exata da transferência realizada.

Requerer que seja determinada a juntada do substabelecimento e atos constitutivos, para o fim de regularizar a representação processual da Seguradora, bem como a revogação do advogado anterior e o devido prosseguimento do feito.

Por fim, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono SUELIO MOREIRA TORRES inscrito sob o nº OAB 15477/PB sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 29 de março de 2022.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB